

Brasil concentra esforços para a negociação com os bancos credores

CORREIO BRAZILIENSE

Divida Externa

Sandro Silveira 20 JAN 1992

VANDERLEI POZZEMBOM



Marcílio: primeiro, o FMI

O Governo brasileiro prepara esforço concentrado de negociação da dívida externa. Ele será desencadeado imediatamente após a aprovação, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), dia 29 próximo, da carta de intenções do País, conforme expectativa do Ministério da Economia.

O esforço ocorrerá junto ao Comitê Assessor dos bancos privados estrangeiros (dívida de 45 bilhões de dólares) em Nova Iorque (EUA) e Clube de Paris (débito de 25 bilhões de dólares), na França. Está prevista para hoje, a chegada de Sahid Hussein, diretor do Banco Mundial (Bird) ao Brasil, que almoça com o ministro Marcílio Marques Moreira, amanhã, em Brasília. Pedro Malan, negociador da dívida externa, continuará como responsável por conduzir os entendimentos junto aos bancos privados.

O Brasil não está disposto a oferecer garantias superiores a dois bilhões de dólares, relativos ao principal do **par bond** e **discount bond**, "papéis" de pagamento da dívida com prazos de 30 anos, tendo o primeiro juros fixos de 4,8 por cento ao ano e o segundo, com desconto de 37,5 por cento na dívida, juros de mercado.

Os bancos credores querem garantias de 3,5 bilhões de dólares, para as quais o País entende não ter fundos. Os contatos telefônicos e por fax mantidos desde setembro, quando essas dificuldades manifestaram-se, caminham para uma solução envolvendo a parcela que independe de garantias.

Assim, o Brasil deverá tornar mais atraentes o **new money bond** (hoje com o prazo de 25 anos, 15 de carência, juros de mercado) e

o **capitalization bond** (25 anos, 15 de carência, juros fixos de oito por cento ao ano a partir do sétimo). Com algumas mudanças, o negociador brasileiro espera que prevaleça a intenção dos 21 bancos do comitê assessor, de fechar acordo rápido, talvez até julho próximo.

Paris — A negociação com o Clube de Paris, que também pretende-se rápida, deve ser conduzida pelo presidente do Banco Central, Francisco Gros, e pelo secretário de Planejamento, Pedro Parente. Eles estiveram, há quatro dias com Jean Claude Trichet, presidente do Clube.

O último acordo com o Clube de Paris (entidade que reúne os bancos centrais de vários países, inclusive o Brasil) data de 1989 e suas pendências estão quase todas resolvidas. Uma das exceções envolve o tratamento a ser dado à dívida do setor privado.

O contrato com Sahid Hussein (Bird) é importante porque parcelas dos empréstimos do órgão ao País serão usadas como garantias

de pagamento da dívida junto aos bancos privados estrangeiros. Além disso, a partir do apoio do FMI ao programa econômico brasileiro, a expectativa é de que o Banco Mundial envie ao Brasil recursos próximos a 2,8 bilhões de dólares, enquanto o País pague 1,8 bilhão de sua dívida com o órgão.

Membros da equipe econômica entendem que a diretoria do FMI aprovará a carta de intenções do País. Os problemas potenciais, que podem reduzir a arrecadação ou aumentar os gastos do Governo, só seriam problemas a partir do primeiro trimestre de vigência do acordo **stand by**.

Caso se confirmem, avaliam os economistas, fatalmente ocorrerá a suspensão do envio de novas parcelas do empréstimo do FMI ao Brasil, que também retiraria o "sinal verde" ao programa de Marcílio Marques Moreira. Essa sinalização do Fundo é essencial à estratégia do ministro, pois indica a reinserção brasileira na comunidade financeira internacional, facilitando a entrada de capital no País.

Os problemas que podem levar a isso envolvem a forma de pagamento de 4 bilhões de dólares (um por cento do PIB) aos aposentados, referentes ao reajuste de 147 por cento não pago ano passado pelo Governo ao aposentados. Além disso, espera-se que a queda de arrecadação provocada pelas mudanças do Congresso no projeto de lei referente ao ajuste fiscal de emergência não supere dois bilhões de dólares (0,5 por cento do PIB). Essa redução de receita e aumento de gastos poderão comprometer a meta de superávit fiscal de três por cento do PIB (12 bilhões de dólares) apresentada na carta de intenções.